

AUTODETERMINAÇÃO DE PROSTITUTAS E FEMINISMOS: DIFERENTES PERCEPÇÕES SOBRE O EXERCÍCIO DO TRABALHO SEXUAL

RESUMO

A prestação voluntária de serviços sexuais é analisada a partir de perspectivas lançadas por diferentes correntes feministas. Com a pretensão de defender os direitos das mulheres constroem-se discursos sobre prostituição que impelem a prostituta a situar-se em um dos polos: escrava sexual destituída de agência ou agente que subverte a ordem sexista. Todavia, resultados de pesquisas realizadas em diálogo com mulheres que exercem prostituição em casas noturnas de São Carlos/SP e em ruas e praças das cidades de Belo Horizonte/MG, Campina Grande/PB, João Pessoa/PB e Recife/PE demonstram que as mesmas não se fixam em nenhum desses polos – escrava sexual ou agente subversivo – mas transitam entre eles, nutrindo motivações e discursos sobre seu fazer que se transformam e ganham sentido conforme suas trajetórias e projetos de vida. O objetivo desse artigo é descortinar algumas dessas formas de perceber a prática da prostituição, lançando mão de construções teóricas elaboradas por correntes feministas e por mulheres que se ocupam dessa atividade.

Palavras-chave: Prostituição, Autodeterminação, Feminismos, Educação Popular

SELF-DETERMINATION OF PROSTITUTES AND FEMINISMS: DIFFERENT PERCEPTIONS ABOUT SEXUAL WORK

ABSTRACT

The voluntary practice of prostitution is analyzed from different perspectives launched by feminist currents. Claiming to defend the rights of women are constructed discourses on prostitution that impel a prostitute to be located at the poles: sex slave devoid of agency or agent that subverts the sexist order. However, results of surveys conducted in dialogue with women engaged in prostitution, in nightclubs in São Carlos and in the streets and squares of Belo Horizonte, Campina Grande, João Pessoa and Recife, demonstrate that they are not fixed in any of these poles - sex slave or subversive agent - but pass between them with motivations and perceptions about their practice that change as their careers and life plans. The objective of this paper is to present different perceptions about the practice of prostitution, making use of theoretical constructs developed by feminist theories and reports of prostitutes engaged in sex work.

Keywords: Prostitution, Self-determination, Feminisms, Popular Education

AUTODETERMINAÇÃO DE PROSTITUTAS E FEMINISMOS: DIFERENTES PERCEPÇÕES SOBRE O EXERCÍCIO DO TRABALHO SEXUAL

1. Introdução

Neste artigo¹, apresentam-se reflexões tecidas ao longo de pesquisas de doutorado e pós-doutorado realizadas com fomento da FAPESP, no período de 2007 a 2014, em diálogo com mulheres que exercem prostituição em casas noturnas na cidade de São Carlos/SP e em ruas e praças das cidades de Belo Horizonte/MG, Campina Grande/PB, João Pessoa/PB e Recife/PE. O objetivo dessas investigações consistiu em desvelar processos educativos desencadeados nas relações estabelecidas por essas mulheres no exercício de sua ocupação. O convívio metodológico com as participantes da pesquisa estabelecido a partir de 2007 permite considerar que elas apresentam diferentes formas de apreender e significar a prática da prostituição, as quais se diversificam a partir das distintas experiências vivenciadas por essas mulheres antes ou durante o ingresso nessa atividade.

Neste texto, almeja-se desvelar algumas dessas maneiras de perceber a prática da prostituição tomando como base os relatos apresentados pelas prostitutas participantes das referidas pesquisas e os discursos elaborados por alguns grupos feministas acerca da prática da prostituição. Pretende-se demonstrar que essa prática social deve ser compreendida a partir da *situacionalidade* das pessoas que dela se ocupam. Cabe ressaltar que esse termo não é utilizado, aqui, como um eufemismo para expressar a condição interina da prostituta nessa prática de modo a negar a existência de mulheres e outras pessoas que voluntariamente exercem prostituição e que, portanto, almejam permanecer nessa ocupação.

A *situacionalidade* é um conceito desenvolvido pelo educador Paulo Freire (1970), na sua obra *Pedagogia do Oprimido*, para indicar a posição fundamental dos seres humanos que tendem a refletir sobre a situação existencial em que se encontram e sobre as ações e condições que precisam concretizar para se lançarem para além de onde se percebem. Freire (2008) assegura que a compreensão do ser humano exige o reconhecimento de sua situacionalidade, ou seja, reconhecê-lo como ser que se expõe e se entrega ao fazer o seu caminho e que nessa trajetória também se refaz, portanto, só é possível compreendê-lo no movimento de sua existência.

Nesse sentido, as pessoas que almejam desenvolver uma prática problematizadora da realidade – sejam elas educadoras, pesquisadoras, profissionais da saúde, ativistas de grupos

feministas, etc – em vez de impor sua visão de mundo às prostitutas, devem se colocar a disposição para pensar junto com essas mulheres sobre as situações em que elas se encontram, sem negar-lhes a condição de sujeito, pois as prostitutas são capazes não só de pensar sobre sua existência, mas também de formular e executar estratégias para superar os desafios com que se deparam, lançando-se para além do percebido.

Inicialmente, são tecidos comentários sobre algumas correntes feministas e seus posicionamentos sobre a prática da prostituição. E a seguir, tais posicionamentos são relacionados às compreensões apresentadas por mulheres que se dedicam a essa ocupação e que figuraram como participantes das pesquisas supracitadas.

2. Correntes feministas e posicionamentos frente à prostituição

No Brasil, a oferta e a demanda de serviços sexuais não são tipificadas como crimes na legislação penal, a prostituição não é uma atividade ilícita se exercida voluntariamente por pessoa adulta, sendo reconhecida como uma ocupação, já que foi incorporada em 2002 na Classificação Brasileira de Ocupações. Todavia o entorno da atividade (favorecer a prostituição, manter casa de prostituição ou se deixar sustentar integral ou parcialmente por recursos advindos da prostituição de outrem são ações consideradas como delitos pelo Código Penal Brasileiro). Essa ambiguidade legal, por um lado, permite o reconhecimento da prestação voluntária de serviços sexuais como ocupação, mas, por outro, induz a pessoa que exerce essa atividade a conviver em um espaço demarcado por marginalidade, reforçando assim o estigma que recai sobre a prática da prostituição.

Essa ambiguidade não se verifica apenas nas leis, mas também nos discursos proferidos por teóricos que se propõem a analisar essa prática social e nas perspectivas formuladas pelas distintas correntes feministas. A pesquisadora Adriana Piscitelli (2006, p.16) destaca que, nessas perspectivas formuladas por diferentes grupos feministas, a prostituta tanto pode assumir “o lugar da escrava sexual como o do agente mais subversivo dentro de uma ordem social sexista”.

Conforme aponta Kamala Kempadoo (2005), a partir de pressões de movimentos reformistas ocidentais compostos por mulheres da classe média euro-americana consolida-se uma corrente feminista que adota uma perspectiva abolicionista frente à prática da prostituição e que se posiciona, no final do século XIX, em torno do combate ao chamado “tráfico de escravas brancas” e, no final da década de 1970, contra a “escravidão sexual

feminina”. Essa corrente feminista percebe as instituições patriarcais como formas de violência e abuso dos homens sobre as mulheres, nesse âmbito a prostituição é compreendida como a forma mais intensa de vitimização da mulher e a pior forma de opressão patriarcal, uma vez que é pressuposto que as mulheres são induzidas ao exercício da prostituição mediante controle e poder dos homens sobre suas vidas e seus corpos. Sob a ótica dessa corrente, a prostituta sempre é percebida como vítima e não como sujeito de sua prática, sendo negada a possibilidade de exercício voluntário da prostituição.

Piscitelli (2012) destaca a importância de problematizar a presença da perspectiva abolicionista no feminismo brasileiro, fazendo a distinção entre o abolicionismo do século XIX e o atual. A ideologia abolicionista remonta aos primeiros movimentos feministas europeus que tinham como proposta abolir a regulamentação da prostituição presente em diversos países a partir da segunda metade do século XIX.

Nesse contexto, o sistema regulamentarista:

[...] propunha o controle dos territórios desejantes pelo Estado, responsável por definir os lugares da existência das casas de tolerância e dos bordéis nas cidades, os horários de circulação das mulheres, a inspeção médica, entre outros aspectos, enquanto os abolicionistas criticavam aquela proposta como a que faria do Estado não só um invasor da esfera da vida privada e da intimidade individual, mas também um cafet (RAGO, 2011, p.267).

Apesar de lutarem contra as arbitrariedades - médica, policial e religiosa - da regulamentação da prostituição, cabe ressaltar que as feministas abolicionistas do século XIX consideravam-se libertadoras de escravas e que “a defesa das prostitutas, tidas como vítimas de um sistema imoral, estava associada à realização de cruzadas de purificação” (PISCITELLI, 2012, p.21).

A partir de meados da década de 1970, as prostitutas continuam a ser consideradas por essas feministas como vítimas que precisam ser libertadas, no entanto, os discursos abolicionistas se alteram e os argumentos vinculados à moralidade perdem força, sendo que em seu lugar surgem os argumentos voltados ao combate da violência contra as mulheres. O abolicionismo contemporâneo mais radical compreende a prostituição como violência sexista, nesse âmbito a prostituição é justificada como resultado de carências afetivas e violências físicas e sexuais sofridas na infância. E por isso, a prostituição passa a ser entendida como incompatível com os direitos humanos universais (PISCITELLI, 2012).

O Grupo Feminista Mulher, Ética e Libertação (GMEL) pode ser apontado como exemplo desse abolicionismo contemporâneo, no Brasil. O GMEL foi formado a partir do

encontro nacional da Pastoral da Mulher Marginalizada, em 2006, por mulheres *em situação de prostituição*² – termo adotado pelo grupo para marcar a suposta condição de efemeridade na prática da prostituição.

Esse grupo se posiciona abertamente contra projetos de regulamentação³ da prostituição e, em 2009, lançou uma cartilha intitulada “*Mulher, a vida é tua*”, na qual se descrevem as políticas - regulamentarista, proibicionista e abolicionista – frente à prática da prostituição. No entanto, nesse material, o regulamentarismo é reduzido aos dispositivos de controle, assim como era feito no século XIX, e parece desconsiderar a crescente participação e envolvimento de prostitutas brasileiras na formulação dos projetos de lei (PL nº 98/2003 e PL nº 4211/2012) que visam a regulamentar a prostituição, os quais longe de impor mecanismos de controle, buscam garantir o reconhecimento da ocupação exercida pela prostituta enquanto profissão e, conseqüentemente, garantir acesso aos direitos trabalhistas que são negados a essas mulheres.

Para além do olhar que enxerga a prostituta como escrava destituída de agência e que precisa ser libertada por outrem, existe a corrente feminista denominada “transnacional” ou do “terceiro mundo” que percebe as mulheres – prostitutas ou não – como grupo heterogêneo. Nesse sentido, as mulheres são vistas a partir de sua agência e não como vítimas paralisadas pelo poder masculino, ao contrário, elas são concebidas como:

[...] sujeitos atuantes, auto-determinados e posicionados de maneira diferente, capazes não só de negociar e concordar, mas também de conscientemente opor-se e transformar relações de poder, estejam estas enraizadas nas instituições de escravidão, prostituição, casamento, lar ou mercado de trabalho (KEMPADOO, 2005, p.61-62).

Destarte, em lugar de definir a própria prostituição como violência inerente contra as mulheres, são as condições de vida e de trabalho em que as mulheres podem se encontrar no mercado do sexo, bem como a violência e o terror que cercam essa atividade num setor informal ou subterrâneo que são tidos como violadores dos direitos das mulheres. Sob essa ótica, o patriarcado passa a ser mais um dentre os diversos fatores - racismo, imperialismo, moralismo, desigualdades sociais - que condicionam a vida das mulheres.

3. Percepções de prostitutas sobre a prática exercida

As percepções sobre a prática da prostituição, aqui, apresentadas foram elaboradas com base nos relatos cedidos por mulheres adultas que exercem essa ocupação

voluntariamente e consideram sua atividade como forma de inserção socioeconômica, isto é, como trabalho sexual. As referidas pesquisas de doutorado e pós-doutorado em Educação contaram com a participação de treze mulheres que exercem prostituição em casas noturnas de São Carlos e que não fazem parte de associação da categoria, bem como de nove prostitutas militantes, que fazem parte de associações de prostitutas, e que prestam serviços sexuais em ruas e/ou praças das cidades de Belo Horizonte, Campina Grande, João Pessoa e Recife.

Todas as participantes eram maiores de idade e afirmaram que exercem voluntariamente a prática da prostituição. Todavia, algumas mencionaram que começaram a prestar serviços sexuais antes de completarem dezoito anos.

Glória⁴ havia fugido de casa com 15 anos e foi acolhida por uma mulher que a levou para trabalhar em um bar, onde inicialmente fazia limpeza e depois passou a prestar serviços sexuais. Fádía desde sua adolescência era induzida por seus pais a prestar serviços sexuais a idosos de seu bairro em troca de “favores” que os mesmos davam a sua família, que na ocasião passava por necessidades financeiras. Luza mencionou que iniciou a vida sexual muito jovem e, como morava em uma cidade muito pequena no interior do estado do Maranhão, foi rotulada como “mulher fácil” por ousar ter múltiplos parceiros, depois disso optou, segundo suas palavras, por “unir o útil ao agradável”, passando a cobrar pela prestação de serviços sexuais.

Perguntei se suas histórias as levavam a ter uma percepção negativa da prática exercida e elas responderam que não. Fádía disse que preferia ser prostituta e ficar com a renda obtida na realização de programas a ter que acariciar os idosos de seu bairro, em troca de cesta básica, roupa ou outros “favores” para sua família. Glória disse que ser prostituta foi a maneira que encontrou para obter renda e sustentar-se após decidir fugir de casa devido a agressões físicas que sofria da família. Luza afirma que sempre gostou de sexo e que mesmo não cobrando pelos serviços sexuais era considerada “quenga”⁵, pois ousava ter múltiplos parceiros sexuais adotando, assim, um comportamento reprovado moralmente em sua cidade natal.

Os depoimentos dessas mulheres suscitam reflexões acerca do paradoxo que tem marcado, nas duas últimas décadas, as práticas discursivas sobre prostituição e corpo prostituído, no qual – conforme aponta Moraes (2011) a prostituta adulta é referenciada como agente por meio de atributos como “experiente”, “trabalhadora do sexo”, “multiplicadora” e a adolescente pobre que presta serviços sexuais é vitimizada, sendo referenciada por meio de expressões como “menina de rua”, “explorada”, “corpo prostituído”. Tal paradoxo permite

questionar a adoção da condição etária como classificador fundamental para definir o corpo dotado de escolha (maior de idade) e o corpo explorado (menor de 18 anos) e a refletir sobre a necessidade de considerarmos também outros aspectos como maturidade, autoimagem, vontades, desejos e capacidade de decisão por parte de crianças e adolescentes. Além disso, os relatos de Fádía e Glória engendram outro questionamento: a exploração dessas meninas foi inaugurada a partir de seu ingresso na prática da prostituição ou já estava ocorrendo no âmbito da instituição família?

Se por um lado, esses depoimentos reiteram a justificativa de que o ingresso na prática da prostituição é decorrência de violências sofridas na infância, o que frequentemente é veiculado pelo discurso vitimizador. Por outro lado, as participantes não se consideram vítimas e significam a permanência na prática da prostituição como resultado de sua escolha. Além disso, outras participantes da pesquisa não vivenciaram experiências de violência física na infância, pelo contrário disseram que tiveram uma infância feliz e receberam carinho, atenção e amor de seus pais e demais familiares.

As participantes da pesquisa afirmaram que percebem a prática exercida como um trabalho, isto é, como uma forma de inserção socioeconômica na qual angariam remuneração maior do que a obtida em outras ocupações exercidas anteriormente. As mulheres apontaram que exerceram ocupações como babá, atendente de telemarketing, funcionária de frigorífico e de spa, auxiliar de limpeza, atendente de sorveteria, vendedora de cartão de crédito, dentre outras.

O ingresso na prática da prostituição foi uma opção por exercer uma ocupação com horário mais flexível e que permitisse a obtenção de maiores ganhos financeiros em menos tempo – pois nas atividades exercidas anteriormente deveriam trabalhar o mês inteiro para adquirir um salário mínimo ao final do mês. Com a prestação de serviços sexuais passaram a obter rendimento próximo a um salário mínimo a cada semana, além disso, não precisariam esperar o dia do vale ou do pagamento para receber o pagamento pelos serviços prestados. Quem presta serviços sexuais nas ruas e praças obtém o pagamento diariamente pelos programas realizados junto a sua clientela; já quem presta serviços sexuais em casas noturnas de São Carlos recebe o repasse de verba adquirida com a realização de programas e consumação de bebidas semanalmente, geralmente, às sextas-feiras. Nesse âmbito, a figura da vítima explorada é obscurecida ao passo que se evidencia a capacidade dessas mulheres de avaliar as ofertas de emprego disponíveis, as condições e custo-benefício de cada oferta e a opção pelo exercício do trabalho sexual. Luci ressalta:

Porque hoje existe muita opção para você sobreviver, se você gosta de estar fazendo programa é porque você está achando que aquilo está bom. Eu mesma fiz programa porque eu gostava, tinha minha liberdade, meu dinheiro toda semana, minha roupa nova. Aí eu cheguei e comecei a ter roupa boa, salto e tudo, como ainda tenho, então pronto.

No entanto, a obtenção de ganhos financeiros não se constitui como única motivação para o ingresso na prática da prostituição. Para algumas mulheres, o ingresso nessa atividade pode representar a saída de um ambiente marcado por conflitos familiares ou consumo abusivo de drogas. Fabíola e Fádía afirmaram que passaram a exercer prostituição porque estavam “desandadas”, isto é, se encontravam numa condição de consumo abusivo de drogas ilícitas como crack e cocaína e, por isso, precisavam sair do ambiente em que se encontravam, desse modo optaram por prestar serviços sexuais em casas noturnas, uma vez que essa ocupação permitiu que elas viajassem por diferentes cidades, saíssem do ciclo de amizades que favorecia o consumo abusivo de droga e ainda forneceu um local para residirem e trabalharem (AUTOR, 2012).

O exercício da prostituição também pode ser compreendido como marco de ruptura ao subjugado masculino exercido pelo pai ou companheiro (marido, namorado). Nesse caso, o trabalho sexual além de se configurar como meio para adquirir independência financeira e não precisar mais obedecer às ordens masculinas – do pai ou companheiro, os contextos prostitucionais passam a ser percebidos como espaços onde é possível realizar atividades incompatíveis ao papel socialmente atribuído às “mulheres honestas”. Fátima comenta que vivia constante repressão de seu pai que vigiava sua vida, não permitia que ela se divertisse e namorasse. Aos 17 anos, ela começou a namorar um rapaz e resolveu sair de casa para ir morar com ele, fugindo do subjugado do pai. Meses depois, seu namorado faleceu e ela não quis voltar para casa de seu pai, passando então a exercer trabalho sexual, onde pôde aproveitar a vida, namorar com quem quisesse, além de viajar para conhecer pessoas e lugares.

Já Flávia disse que passou a prestar serviços sexuais para se vingar do ex-marido, pois descobriu que ele a traía com mulheres na zona, então ela quis conhecer a zona e passou a exercer trabalho sexual após ser convidada por uma colega que trabalhava em boate. Ela afirma:

Ah foi mais vingança mesmo. Me separei e daí eu falei assim... Quer saber? Meu marido me traiu, quando eu era casada, ele veio na noite, não é? E eu fiquei sabendo. Aí eu falei, agora o negócio é o seguinte, agora quem vai pra zona sou eu! E então, estou até agora. É gostei...

Flávia disse que antes agia como uma “santa”, pois exercia o papel da mulher que casara virgem e que obedecia a tudo o que o marido impunha a ela, mas depois de tornar-se prostituta ousou realizar ações e adotar comportamentos que evitava, antes de ingressar nessa atividade, tais como falar palavrão, usar roupas decotadas, fazer academia e cuidar mais de sua aparência, manter múltiplos parceiros sexuais sem buscar firmar compromisso, adotar uma postura mais ativa diante de homens, dentre outras (AUTOR, 2012).

As diferentes experiências e maneiras de significar a prática da prostituição apresentadas pelas mulheres participantes da pesquisa desvelam, portanto, a fragilidade de discursos que tendem a fixar a prostituta em um dos polos: vítima destituída de agência ou agente subversivo da ordem sexista. Suas histórias e percepções da prática exercida demonstram que essas mulheres transitam entre esses polos e que o ingresso e permanência nessa atividade é fruto de suas motivações e das leituras que vão tecendo acerca da realidade vivida. Antes de ser entendida como sinônimo de exploração do homem sobre a mulher, a prática da prostituição é compreendida pelas participantes da pesquisa como meio para alcançar os seus distintos projetos de vida: obter renda para conquistar autonomia financeira, garantir sustento de filhos e outros familiares, fazer seu pé-de-meia, vingar-se de marido infiel, sair de ambiente marcado por conflitos familiares ou de consumo abusivo de drogas, viajar e conhecer novas pessoas e lugares, questionar diferenças de gênero e papéis socialmente atribuídos a mulheres e homens, etc.

Contrariando discursos vitimizantes que tendem a retratar a prostituição como prática degradante, algumas participantes da pesquisa afirmaram que nas experiências vivenciadas em contextos prostitucionais foram desenvolvendo uma percepção positiva de si e de sua prática, destacando a autoestima como uma das aprendizagens desenvolvidas nessa ocupação. Nesse sentido Luza destaca:

Ai mulher, eu aprendi muito, acho que, mais que qualquer coisa, a autoestima, sabe? A autoestima que eu não tinha. Eu algum tempo atrás, eu nem sequer me identificava, não é? Eu não dizia que eu era prostituta, eu dizia que eu era doméstica, eu dizia que eu era qualquer outra coisa menos prostituta, mas aí depois que eu conheci meus direitos, que eu sei que prostituição não é crime, não é? Isso é que foi a grande aprendizagem que eu ganhei através do movimento, eu acho que só fui aprender no movimento mesmo, no movimento social. E muito conhecimento dos meus direitos, da questão da saúde, a me cuidar melhor, a cuidar mais de mim.

4. Considerações

Diante do exposto, conclui-se que a autodeterminação de prostitutas - política voltada à prostituição, na qual são as próprias prostitutas que enunciam suas reivindicações e dizem como entendem sua ocupação – se destaca como caminho mais viável para pensar a prática da prostituição sem negar a agência dessas mulheres e sua condição de sujeito. Somente por meio da autodeterminação e do diálogo com prostitutas torna-se possível desvelar a situacionalidade dessas mulheres, o que permitirá compreender como elas avaliam as condições de sua existência, favorecendo o entendimento do lugar que o ingresso e permanência na prática da prostituição ocupam em suas trajetórias de vida.

A convivência com prostitutas em contextos de pesquisas pautadas na dialogicidade tem permitido observar que essas mulheres vêm se organizando em associações de modo a refutar a condição de vítimas e a afirmar sua condição de sujeito, pois consideram que figurar nos discursos sociais como vítima ou “coitadinha” não tem permitido avanços na busca por sua libertação. As participantes da pesquisa denunciam a hipocrisia da sociedade que só aceita o discurso da prostituta “coitadinha”, isto é, da mulher que diz que só se tornou puta porque foi abandonada pelo esposo e, tendo filhos para criar, teve que “cair” na prostituição. Mas quando a prostituta diz que gosta do que faz, que se sente bem nessa atividade, nem sempre ela é aceita e passa a ser percebida como desviante que deve ser impelida para as margens da sociedade. Para combater essa hipocrisia faz-se necessário desvelar o que essas mulheres pensam da atividade que realizam e compreender como elas se percebem ao realizar essa ocupação, só assim a prostituta será apreendida no movimento de sua existência como mulher cidadã que luta por seus direitos.

NOTAS

- 1) Esse artigo é uma versão atualizada de comunicação oral apresentada no Seminário Internacional Fazendo Gênero 10.
- 2) Esta sim se configura como expressão eufêmica, diferentemente do conceito “*situacionalidade*” apresentado anteriormente.
- 3) Alusão ao Projeto de Lei nº 98/2003 proposto pelo, então, deputado Fernando Gabeira e que foi rejeitado, em 2007, pela Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania que acolheu o parecer do relator Antônio Carlos Magalhães Neto contrário à proposta. E ao Projeto de Lei nº 4211/2012 proposto pelo deputado Jean Wyllys que distingue prostituição e exploração sexual e prevê, aos profissionais do sexo, a aposentadoria especial de 25 anos. Esse projeto encontra-se em tramitação na Câmara dos Deputados. Ambos os PL foram elaborados em diálogo com mulheres militantes ligadas a associações brasileiras de prostitutas.
- 4) Os nomes empregados são fictícios a fim de preservar a identidade das participantes.

- 5) Termo utilizado em algumas regiões do país, sobretudo no Nordeste, como sinônimo de prostituta.

REFERÊNCIAS

AUTOR, 2012

FREIRE, Paulo. *Pedagogia do oprimido*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1970.

_____. *Pedagogia da esperança: um reencontro com a pedagogia do oprimido*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2008.

KEMPADOO, Kamala. Mudando o debate sobre o tráfico de mulheres. *Cadernos Pagu*, n.25, jul/dez. 2005, p.55-78.

MORAES, Aparecida F. Corpos normalizados, corpos degradados: os direitos humanos e as classificações sobre prostituição de adultas e jovens. *Anais do XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais*. Salvador, 2011, p. 1-22.

PISCITELLI, Adriana. Dossiê gênero no mercado do sexo. In. *Cadernos Pagu*, n.25, Campinas, jul./dez., 2005, p.7-23.

_____. Sujeição ou subversão: migrantes brasileiras na indústria do sexo na Espanha. *História e Perspectivas*, Uberlândia (35): jul./dez.2006, p.13-55.

_____. Feminismos e prostituição no Brasil: uma leitura a partir da antropologia feminista. In. *Cadernos de Antropologia Social*, n.36, 2012, p.11-31.

RAGO, Margareth. Prefácio a Emma Goldman - Tráfico de Mulheres. In. *Cadernos Pagu*, n.37, Campinas, jul./dez., 2011, p.263-271.